

MONOGRAFIAS DE ESTAGIÁRIOS DA EMERJ

APROVADAS PELA BANCA, EM EXPOSIÇÃO ORAL, NO FINAL DO
CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

PRIMEIRO SEMESTRE DE 1999

*(Os trabalhos monográficos se acham à disposição dos interessados
para fins de estudos e pesquisas na Biblioteca da EMERJ)*

AREENGENHARIA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MOACY NETO DA CRUZ

Estudo sobre o contrato administrativo, parlamentar e judicial, bem como sobre a formação do agente administrativo (100 págs.).

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO JANAINA MARIA LOPA VALLADO

Além de estudar a responsabilidade civil em geral e a do Estado, cuida a monografista de apontar posição do Estado como responsável por omissão à luz da Jurisprudência e da Doutrina (105 págs.).

DOS TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS À CLONAGEM – NOVA FORMA DE EXPERIMENTAÇÃO HUMANA RUMO À ETERNIDADE?

RITA MARIA PAULINA DOS SANTOS

Clonagem, tema polêmico! A monografia sintetiza o conceito histórico, o direito à vida e ao próprio corpo para, em seguida, tratar dos limites éticos da experimentação humana. Conclui por apontar o dilema da clonagem: benefícios *versus* malefícios (132 págs.).

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL MARIA DO SOCORRO COSTA RIBEIRO FRANCO

Trabalho que estuda os meandros pouco conhecidos do sistema financeiro nacional; as operações casadas (“triangulações”); os empréstimos vedados e as operações de câmbio que visam à evasão de divisas (132 págs.).

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

MARIA LUIZA DA SILVA COELHO

Mecanismo da ressocialização dos presos: sobre o tema a monografia descreve as espécies e modelos de estabelecimentos penais; a lei da execução penal e as perspectivas de melhorias (89 págs.).

OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DAS NORMAS E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL

RAPHAEL AUGUSTO SOFIATI DE QUEIROZ

Cuida a monografia das fontes, interpretação e princípios das normas, bem como da Teoria do desvio e do excesso de Poder no Processo Legislativo. Conclusões sobre a Discricionariedade e interesse público (219 págs.).

NATUREZA JURÍDICA DOS FUNDOS DE PENSÃO: RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O FUNDO, SEUS PARTICIPANTES E ADMINISTRADORES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

TATIANA GONZAGA DE OLIVEIRA

Trata-se de estudos sobre as entidades de previdência privada, fechadas e abertas, os Fundos de Pensão, seus órgãos reguladores e seus administradores. Os contratos com seus Participantes (362 págs.).

DESESTATIZAÇÕES E PRIVATIZAÇÕES

DANIELLE DE ALBUQUERQUE FARIAS LEITE DE CASTRO

A experiência brasileira dos governos Figueiredo ao de Fernando Henrique nas desestatizações e privatizações. Visão geral do processo de Privatização. Concessões e permissões. Questões relevantes (103 págs.).

PRISÃO CAUTELAR

DANIELA LAZARY NETTO DOS REYS

Exame da prisão cautelar. Visão geral e unitária do processo; seu conceito e natureza jurídica; o princípio da presunção e de inocência e as espécies de prisão cautelar: flagrante, temporária, preventiva, decorrente da pronúncia e a decorrente da sentença penal condenatória recorrível (84 págs.).

SUPERFÍCIE COMPULSÓRIA - INSTRUMENTO DA EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

MARISE PESSÔA CAVALCANTI

Uma visão geral do Direito de Superfície: conceito, natureza jurídica, constituição e transmissão, duração, extinção e proteção. Direito de superfície no Direito Moderno e no Direito Brasileiro. Um instrumento de Poder Público (82 págs.).

PRINCÍPIO FEDERATIVO E TRIBUTAÇÃO

DENISE RODRIGUES PITOMBO

Discorrendo sobre a hermenêutica constitucional, a monografia trata da influência do princípio federativo no sistema tributário. Além de dar as noções históricas do princípio federativo e das características do Estado Federal, tece considerações sobre federalismo fiscal (76 págs.).

O ESTADO DE NECESSIDADE EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

EDSON CAVALCANTI SCHETTINE DE AGUIAR

O autor faz estudo aprofundado sobre o estado de necessidade frente aos crimes em espécie previstos no Código Brasileiro do Trânsito (93 págs.).

ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO AUTOMÓVEL (QUESTÕES PRÁTICAS DENTRO DO DIREITO CIVIL)

DENISE ESTHER NASAJON SASSON

Trata-se de trabalho com múltiplas informações sobre o tema, inclusive com dados estatísticos. As questões da responsabilidade civil contratual e extracontratual e da competência para julgamento dos litígios decorrentes são examinadas com amplitude (135 págs.).

COISA JULGADA NAS DEMANDAS COLETIVAS

RENATO ROCHA BRAGA

Estudo especial sobre a coisa julgada, material e formal nas demandas coletivas, como ação civil pública, ação popular, mandado de segurança coletivo, além de analisar a coisa julgada no Código de Defesa do Consumidor. Examina também a constitucionalidade dos limites territoriais (174 págs.).